

O que muda na negociação da dívida

Gazeta Mercantil

24 MAI 1989

Externa

por José Casado
de São Paulo

O governo brasileiro está mudando sua postura política em relação à negociação da dívida externa. Ontem, diante dos líderes de partidos que o apóiam no Congresso e de todo o seu ministério — na primeira reunião com a presença da nova equipe econômica —, o presidente da República fez questão de dar ênfase ao que muda.

“A negociação”, disse Fernando Collor de Mello ao abrir a reunião, “levará em conta nossa capacidade de pagamento” — e aí fez uma ressalva: “Mas vamos situar o problema num âmbito mais amplo, que é o da busca da poupança estrangeira para financiar o nosso desenvolvimento, para termos garantia de crédito”.

Collor estava usando um tom de respaldo e referindo-se explicitamente a idéias que lhe haviam sido apresentadas por seu ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, três

semanas atrás quando convidado para o cargo (chegou a dizer: “... como afirmou o ministro Marcílio...”). Praticamente usou as mesmas palavras que Moreira escolheu, em seu discurso de posse, para situar a mudança de enfoque na gestão da dívida externa.

O presidente fez menção à sua disposição política de “dar forma concreta à parceria prioritária” com os países da América Latina e os Estados Unidos (país que concentra o maior número de credores do Brasil), assim como “em resolver satisfatoriamente a questão da dívida externa”.

A citação à prioridade de integração econômica com os Estados Unidos e nações vizinhas — no caso, países do Cone Sul — e o vínculo com a dívida externa têm única origem: o governo Collor está tentando mudar o enfoque da gestão da dívida em coerência com suas negociações com o governo norte-americano sobre o projeto “Iniciativa para as Américas” — do presidente George Bush — que estabelece alterações no sistema de comércio e de investimentos diretos.

Mas há, internamente, uma outra razão forte e premente a justificar essa nova postura política na negociação da dívida. A de que inexiste crédito doméstico para viabilizar, no médio prazo, um processo de retomada do crescimento econômico (o nível de poupança interna está em torno de 13% do Produto Interno Bruto, quinze meses depois da posse de Collor).

A alternativa seria mudar a política monetária. Isso, no entanto, não parece interessante ao presidente e ao seu ministro da Economia, de acordo com o que disseram na reunião de ontem.

O ministro Moreira, ao falar depois do presidente, procurou reforçar a idéia de que “será necessária a continuação de uma política de austeridade monetária e fiscal”, como afirmou o próprio presidente, momentos antes.

Assim, observou o ministro, a tentativa de atração de poupança externa, conforme esse novo enfoque na gestão da dívida, não vai significar alterações na lei que regula o capital estrangeiro.

Há no Ministério da Economia — conforme apurou a editora Claudia Safatle —

estudos sobre mais de trinta medidas de caráter burocrático sobre como facilitar a vida das empresas estrangeiras no País.

As primeiras medidas nessa direção devem constar da pauta da próxima reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN) marcada para a próxima segunda-feira, de acordo com relato da editora Angela Bittencourt.

O ministro da Economia, na reunião de ontem, procurou dar aos políticos participantes um resumo do calendário projetado pelo governo para a negociação da dívida externa no curtíssimo prazo: se na próxima semana o Senado federal aprovar o acordo feito com os bancos privados para pagamento dos atrasados, o governo fará um acordo com o chamado Clube de Paris — entidade que reúne os credores governamentais e órgãos financeiros multilaterais.

(Ver página 8)